

Crescimento e desenvolvimento: revisão e discussão

Growth and development: review and discussion

*Arcelo Luis Pereira¹
Valdemar João Wesz Junior²*

Resumo

A busca pelo crescimento das economias fez com que a maioria dos países do mundo concentrasse esforços na maximização de seu Produto Interno Bruto (PIB), ao passo que a qualidade de vida e bem-estar da sociedade ficou de lado. O crescimento econômico foi adotado como meio e fim para se alcançar o desenvolvimento, visão essa que mesmo amadurecendo gradativamente deixou rastros negativos em algumas sociedades atuais. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva apresentar as principais teorias que contribuíram para estruturar o significado da dinâmica de desenvolvimento, contestando as diferenças existentes entre o conceito de crescimento e desenvolvimento. Desse modo, são revisitadas as principais teorias contemporâneas que contribuíram para a construção do arcabouço teórico e compreensão das dinâmicas de crescimento e desenvolvimento. São apresentadas as ideias centrais contidas nas teorias que tratam do Processo de Dependência, Processo de Causação Circular Cumulativa, Processo Equilibrado, Processo Sequencial (Desequilibrado), Polos de Crescimento, Instituições, Bases de Exportação, Economia Urbana (Lugares Centrais), Inovações, Desenvolvimento Local, Liberdades, Sustentabilidade e Capitais Intangíveis. Adicionalmente, realiza-se uma breve discussão acerca dos elementos que diferenciam os termos crescimento e desenvolvimento, bem como uma sugestão de definição que procura unificar as diferentes perspectivas apresentadas.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desenvolvimento. Qualidade de Vida. Bem-Estar Social.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Administrador na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail*: arcelolp@gmail.com

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail*: valdemar.junior@unila.edu.br

Abstract

The search for economic growth has led most countries in the world to focus efforts on maximizing their Gross Domestic Product (GDP), while society's quality of life and well-being was left aside. Economic growth was adopted as a means and an end to achieving development, a view that, although it has gradually matured, has left negative traces in some current societies. From this perspective, the present work aims to present the main theories that contributed to structure the concept of the development dynamics, contesting the existing differences between the concept of growth and development. Thus, the main contemporary theories that contributed to the construction of the theoretical framework and understanding of the growth and development dynamics are revisited. The central ideas contained in the theories dealing with the Dependence Process, Cumulative Circular Causation Process, Balanced Process, Sequential Process (Unbalanced), Growth Poles, Institutions, Export Bases, Urban Economy (Central Places), Innovations, Development are presented Local, Freedoms, Sustainability and Intangible Capitals. Additionally, there is a brief discussion about the elements that differentiate the terms growth and development, as well as a definition suggestion that seeks to unify the different perspectives presented.

Keywords: Economic Growth. Development. Quality of Life. Social Welfare.

Data de submissão: 10 de agosto de 2021

Data de aprovação: 20 de setembro de 2021

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da compreensão das dinâmicas de crescimento e desenvolvimento de economias e regiões é assunto recorrente na atualidade entre pesquisadores e gestores públicos. Estes que procuram desmistificar questões ligadas aos determinantes do crescimento econômico, bem como os potenciais fatores que intensificam e aceleram o desenvolvimento, como questões estruturais, educacionais, de saúde, laborais, assistenciais, ambientais, institucionais, dentre outras. Perspectivas essas interagentes e complementares para a elevação da qualidade de vida e bem-estar da sociedade, pontos cruciais para se alcançar o crescimento e desenvolvimento de longo prazo.

Mantega (1998, p.9), quando se refere aos termos crescimento e desenvolvimento, afirma que “os principais conceitos estão concatenados, são complementares e resultam em modelos que poderão auxiliar na elaboração de novos modelos”. Tendo em vista este argumento, o presente trabalho apresenta algumas das principais teorias articuladas após a Segunda Guerra Mundial que estruturam o arcabouço teórico que trata das dinâmicas de crescimento e desenvolvimento. Tal abordagem facilita a compreensão acerca das principais abordagens que contribuíram para esclarecer o significado e diferenças existentes entre o conceito de crescimento e desenvolvimento.

Na sua primeira seção, revisita o panorama histórico ao destacar algumas teorias e teóricos que contribuíram para formação do arcabouço científico acerca do crescimento e do desenvolvimento. É importante ter em vista que essa construção se edifica e amadurece com o passar do tempo, onde as diferentes perspectivas interagem e se complementam. Na segunda seção se traça uma breve discussão acerca das diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, sendo apresentada também uma percepção de desenvolvimento que procura concatenar os distintos elementos apresentados. Por fim, são apresentadas algumas considerações.

1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: UMA BREVE REVISÃO

Mesmo que o tema desenvolvimento tenha se tornado latente após a Segunda Guerra Mundial, Bastos e Britto (2010) denotam que sua gênese e reflexões de caráter econômico perfazem estudos e obras mercantilistas, fisiocratas, clássicas e marginalistas. Nesse sentido, para

A riqueza de uma nação é obtida através do trabalho e investimentos em capitais produtivos, da especialização da mão-de-obra e divisão do trabalho.

não tornar a abordagem demasiadamente longa, serão apresentadas as principais contribuições de cada uma das escolas citadas, para assim, posteriormente, aprofundar-se nas principais teorias e teóricos contemporâneas que contribuíram para a formação e diferenciação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento.

Os mercantilistas³ defenderam que a relação dos países com suas colônias deveriam ocorrer intensamente, com a compra da produção das colônias a preços baixos e venda de produtos metropolitanos às colônias aos preços mais altos possíveis. Como meio de incentivar a manufatura interna, os monopólios deviam ser distribuídos, salários máximos estipulados e o consumo de produtos importados limitados. Também viam o comércio exterior como fundamental para o enriquecimento da nação, e a reexportação sempre que seu valor supere o da importação. Além disso, introduziram o pensamento de divisão do trabalho e a menor tributação para não estagnar a atividade industrial (BASTOS; BRITTO, 2010; SOUZA, 1993).

De forma geral, Bastos e Brito (2010) citam que os fisiocratas⁴ argumentaram que a indústria e o comércio não passavam de um desdobramento da agricultura, em que o aumento dos investimentos na agricultura tem potencial para impulsionar o resto da economia. Além disso, pontuavam que a mitigação das restrições às exportações aumenta seu fluxo e elevam os preços agrícolas; o excesso de regulamentações reduz a produtividade; a menor tributação tende a fomentar o consumo, estimulando a agropecuária e a economia como um todo. Segundo Souza (1993, p. 89-90), nesse período (1450-1750) “a riqueza das nações depende do fluxo externo de metais preciosos”. Essa ideia expandiu o comércio internacional, gerando maior crescimento econômico. Para essa interpretação, “o Estado devia praticar essa política mesmo em detrimento de países aliados e de suas colônias”. Contudo, Jones (2000) destaca que até 1760 o crescimento rápido e sustentado era desconhecido no mundo.

Entre os clássicos⁵, Adam Smith foi o precursor do liberalismo econômico, defendendo que a riqueza de uma nação é obtida através do

³ Bastos e Brito (2010) e Souza (1993) destacam os franceses Jean Bodin (1530-1596), Antoine de Montchrétien (1575-1621), Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) e Richard Cantillon (1680-1734). Também os ingleses Thomas Mun (1571-1641), John Law (1671-1729) e William Petty (1623-1687).

⁴ Bastos e Brito (2010) e Souza (1993) destacam François Quesnay (1694-1774), Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), Pierre Paul Mercier de la Rivière (1720-1794) e Marquês Victor Riqueti de Mirebeau (1715-1789).

⁵ Bastos e Britto (2010) destacam Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Thomas Robert Malthus (1766-1834), Johann Heinrich von Thünen (1793-1850), Karl Marx (1818-1883), Allyn Abbott Young (1876-1929) e Joseph Alois Schumpeter (1883-1950).

trabalho e investimentos em capitais produtivos, da especialização da mão-de-obra e divisão do trabalho, em que o interesse coletivo e o bem-estar social são produtos das ações e da busca dos interesses individuais (mão invisível do mercado), além de prezar pela teoria das vantagens absolutas⁶. David Ricardo se sobressaiu com a teoria das vantagens comparativas⁷, da distribuição do produto gerado pelo trabalho e dos rendimentos decrescentes (MANTEGA, 1998; VIEIRA; SANTOS, 2012). Thomas Malthus, por sua vez, destacou que as terras e a produção agrícola estão limitadas pelo território, ao passo que ocorrerá o esgotamento produtivo de alimentos, visto que o crescimento populacional tenda a ser mais rápido que a produção dos alimentos. Johann Heinrich von Thünen abordou as relações entre produção, custos e renda relacionados a localização geográfica (SOUZA, 1993). Karl Marx desenvolveu o conceito de excedente como fundamental para se determinar a distribuição de renda, preços relativos e acumulação de capital, não se prendendo apenas aos aspectos econômicos ao incluir as dimensões políticas e históricas. Além disso, Marx adicionou às discussões a perspectiva das relações de exploração e da mais-valia. Schumpeter (1883-1950) contribuiu para a compreensão da dinâmica capitalista e o papel das inovações tecnológicas, dos novos processos produtivos e mercadorias (SOUZA, 1993; MANTEGA, 1998).

Já os marginalistas⁸ se concentram mais em questões de alocação de recursos, relações de troca, estudos de escassez e utilidade marginal, onde o consumo é o que impulsiona o sistema econômico, assimilando economia à eficiência. A acumulação de capital, a poupança e a taxa de juro constituem forças essenciais do crescimento, do desenvolvimento e da geração de economias externas (REBÊLO, 2017). Destacam também que o desenvolvimento é influenciado por elementos não econômicos, como o arcabouço institucional, o grau de urbanização, a pobreza e as inversões em capital humano na forma de educação geral e técnica (SOUZA, 1993).

Nesta breve revisão não há de se esquecer das contribuições de John Maynard Keynes (1883-1946), que resumidamente enfatizou a maior atuação do Estado como agente indispensável de controle da vida social e econômica. Também trouxe percepções acerca das inversões e de suas implicações (multiplicador keynesiano), funções do Estado, da poupança,

⁶ Compara a produtividade de um bem específico entre distintos produtores. Possui vantagem absoluta quem utiliza a menor quantidade possível de insumos para a sua produção (SOUZA, 1993).

⁷ Compara a produtividade de um bem específico entre distintos produtores. Em vez de utilizar os insumos para mensuração, utiliza o custo de oportunidade em produzir determinado bem (SOUZA, 1993).

⁸ Rebêlo (2017) destaca William Stanley Jevons (1835-1882), Léon Walras (1834-1910), Carl Menger (1840-1921) e Alfred Marshall (1842-1924).

Houve o nascimento de blocos de Países constituindo um novo modelo de comércio internacional.

do consumo, da tributação, necessidade de promoção da justiça social, dentre outras⁹ (MANTEGA, 1998; FERRARI FILHO; TERRA, 2011).

Para melhor compreender o surgimento da teoria do desenvolvimento, Mantega (1998) e Bastos e Britto (2010) destacam alguns dos acontecimentos que corroboraram com sua estruturação. A *priori* tem-se a queda do liberalismo, conduzido principalmente pela Inglaterra, ocorrido após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e que não teve forças para se reestabelecer devido os impactos inflacionários decorrentes do conflito, da Depressão de 1929 e da impotência em funcionar em Países pobres. No ínterim, houve o nascimento de blocos de Países constituindo um novo modelo de comércio internacional, a substituição da ideia do Estado mínimo pelo interventor¹⁰ e a maior flexibilidade no equilíbrio orçamentário. No período entre guerras, o mais notório exemplo de intervenção, planejamento econômico, crescimento e desenvolvimento foi a ex-União Soviética, marcado pela industrialização e progresso na educação e saúde.

Com a eclosão da Segunda-Guerra Mundial, os padrões de intervenção se tornaram ainda mais latentes, sendo que as economias funcionavam no ritmo e em função do conflito. Outro fator importante foi a descolonização que aconteceu na Ásia e África, que demandou instrumentos e estratégias para o desenvolvimento econômico dessas regiões. Daí surge o Programa Ponto IV, proposto pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em seu discurso de posse, em janeiro de 1949, com fito de contribuir com o desenvolvimento de Países atrasados e mitigar o fenômeno socialista que emergia. Como último elemento, o autor destaca questões de convergência¹¹. Nesse sentido, Bastos e Brito (2010) apresentam que a maior motivação para a criação de teorias do desenvolvimento é a existência de regiões atrasadas ou subdesenvolvidas, as quais possuem potencial em utilizar mais capital, mão-de-obra e recursos naturais para elevar e/ou manter o nível de vida da população, contudo fracassam em proporcionar níveis de vida aceitáveis a grande parte da população.

Dentre as muitas vertentes que evoluíram a partir dos pensamentos que apresentamos anteriormente, as principais teorias e teóricos

⁹ Ferrari Filho e Terra (2011) destacam a saúde pública, educação, infraestrutura urbana e previdência social.

¹⁰ O autor cita a socialdemocracia escandinava, o nacional-socialismo alemão, o New Deal americano e o período varguista no Brasil.

¹¹ Conforme Jones (1993) trata-se da mitigação no hiato existente entre economias, acontece com mais frequência em economias com níveis semelhantes de industrialização, capital humano, tecnológico e crescimento populacional, dentre outras características. Ou seja, Países pobres têm dificuldades para convergir com Países ricos.

contemporâneas que contribuem para a construção e compreensão da dinâmica de crescimento e desenvolvimento, articuladas após a Segunda Guerra Mundial, são as que tratam do: Processo de Dependência, Processo de Causação Circular Cumulativa, Processo Equilibrado, Processo Sequencial (Desequilibrado), Polos de Crescimento, Instituições, Bases de Exportação, Economia Urbana (Lugares Centrais), Inovações, Desenvolvimento Local, Liberdades, Sustentabilidade e Capitais Intangíveis. Na sequência, abordamos sinteticamente cada uma delas, apresentando as principais peculiaridades que as caracterizam.

1.1 PROCESSO DE DEPENDÊNCIA

O desenvolvimento como processo de dependência deriva do trabalho seminal intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, onde Prebisch (2000, p. 80) destacou que “uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade”¹². Para Furtado (1983), a concepção de dependência está intimamente arraigada ao modo pelo qual a industrialização é implantada em economias periféricas e a finalidade na utilização dos excedentes produzidos, que de modo geral não são canalizados para benefício local. Esta decisão menospreza peculiaridades inerentes à realidade local, que acaba por limitar o alcance do desenvolvimento a poucos.

Segundo Bettelheim (1973), em geral os setores que atendem as demandas externas são instalados com capital externo em regiões que dinamizem sua vantagem comparativa, ao passo que os setores que atendem as demandas internas se defasam e são pouco produtivos. Para o autor, esses lugares subdesenvolvidos se caracterizam dependentes em dois níveis, o político e o econômico. A dependência política é estruturada na existência de vínculos econômicos ou de corrupção, já a dependência econômica é consequência da dependência política, sendo fomentada pela necessidade de capital externo e se manifesta através das searas comercial e financeira.

Cardoso e Faletto (2010) introduzem à análise a perspectiva de dependência tecnológica e científica, quando a economia central gera

¹² Prebisch (2000, *passim*) utiliza os termos “países centrais” e “países periféricos”. O primeiro são os países industrializados de modo mais homogêneo, possuem um maior nível de desenvolvimento e orientam como a economia mundial irá funcionar. O segundo termo se refere aos países com pouca ou nenhuma industrialização, que apresentam menor grau de desenvolvimento e são economicamente induzidos pelos países centrais.

uma revolução na periferia através da exportação de volumosas quantias de capital, técnicas, processos e conhecimentos. Para a escolha do modelo de crescimento, segundo Cardoso e Faletto (2010, p. 37-38), “é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas [...], pois a especificidade histórica de subdesenvolvimento nasce da relação entre sociedades periféricas e centrais”. Para Cardoso (1995), o desenvolvimento não se limita à acumulação de capital e aumento de renda, mas sim na relação entre organização, liberdade e justiça social. Assim, o autor sugere que o Estado conduza políticas públicas para atenuar e reverter as disparidades econômicas e sociais, estruturar investimentos visando a evolução educacional e profissional, e melhorar os níveis de organização social. Além disso, deve controlar e criar um cenário econômico estável, produtivamente orientado para o mercado interno e externo, para que assim a sociedade civil e empresarial encontre estímulos para realizar investimentos.

1.2 CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA

O Processo de Causação Circular Cumulativa, para Myrdal (1965), procura compreender a dinâmica do desenvolvimento através da análise das inter-relações causais e circulares existentes nos sistemas socioeconômicos quando estes sofrem algum tipo de influência. Segundo o autor, essas interações entre fatores econômicos e não econômicos geram efeitos e resultados encadeados e cumulativos em outros fatores do sistema e neles mesmos, podendo ocorrer à jusante e à montante, positiva e negativamente. Caso os acontecimentos que impactam o desenvolvimento sejam positivos, os efeitos tendem a ser menores em regiões subdesenvolvidas e maiores em regiões desenvolvidas. Caso o choque seja negativo, se não regulado tende a ampliar a heterogeneidade nos padrões de desenvolvimento e desigualdade das regiões.

Não bastasse as desigualdades serem mais latentes em países subdesenvolvidos, Myrdal (1965) comenta que ao passo que essas disparidades diminuem nos países desenvolvidos, elas aumentam ainda mais nos países subdesenvolvidos. Para o autor, a amplitude dos efeitos da causação circular cumulativa está relacionada ao nível de desenvolvimento em que a região se encontra. Então, o histórico cumulativo de desenvolvimento de cada região eleva as probabilidades de que as mais ricas tenderão a apresentar melhor desempenho enquanto as mais pobres terão piores resultados, ampliando ainda mais as disparidades econômicas e sociais.

O Estado desempenha papel fundamental para um saudável processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o Estado desempenha papel fundamental para um saudável processo de desenvolvimento, sendo que, para que as intervenções estatais sejam eficientes, eficazes e efetivas, é importante a elaboração e execução de um plano de desenvolvimento e integração nacional, o qual deve ser construído como uma ferramenta estratégica com objetivo de atenuar discrepâncias entre regiões, aproveitando as potencialidades regionais. Nesse plano devem ser delineadas ações para estimular os *spread effects* (efeitos propulsores)¹³ e desacelerar os *backwash effects* (efeitos de polarização)¹⁴ entre regiões. Quanto mais desenvolvida for uma região, os *spread effects* conseguem neutralizar com maior efetividade os *backwash effects*, em contraponto, em regiões subdesenvolvidas os *spread effects* acabam sendo suprimidos pelas *backwash effects*. Lima e Simões (2010) ainda inferem atenção aos transbordamentos desses efeitos para regiões periféricas.

1.3 PROCESSO EQUILIBRADO

O desenvolvimento como processo equilibrado foi cunhado inicialmente por Rosenstein-Rodan (1969), que observou a existência do excesso de população concentrada no setor primário de regiões subdesenvolvidas, causando o desperdício de uma fração da mão-de-obra¹⁵. Daí surge a teoria do grande impulso que economias subdesenvolvidas precisam receber para alcançar o desenvolvimento (*Big Push*). Para esse referencial, deve-se investir e criar complexos produtivos concatenados, que agem de modo complementar e permitem que o meio empresarial e social possa estimular demandas para criação de novas atividades nesse ambiente de atuação, através da expansão de novos mercados e elevação dos níveis de emprego (ROSENSTEIN-RODAN, 1969). Os recursos necessários para ativar a industrialização são mobilizados através do potencial do desemprego disfarçado, que teriam seu excedente canalizado para o aumento da poupança e não do consumo (ROSENSTEIN-RODAN, 1969; MANTEGA, 1998).

¹³ Possui gênese de convergência, onde regiões atrasadas tendem a parir com as desenvolvidas. Também apresenta caráter segregativo, pois o impacto positivo em uma região pode gerar um negativo em outra. (OLIVEIRA; ATTÍLIO, 2014).

¹⁴ Procura explicar a ampliação das desigualdades entre regiões. Denota que quando uma região recebe um estímulo, econômico ou não, as regiões periféricas podem sentir efeitos negativos (OLIVEIRA; ATTÍLIO, 2014).

¹⁵ Segundo Mantega (1998, p. 4) esse fenômeno também pode ser intitulado de desemprego disfarçado.

A existência de um ou poucos nichos produtivos causa o transbordamento dos excedentes para outras regiões, entretanto, com a existência de diversas atividades, esses excedentes são revertidos para a própria economia e essa pluralidade econômica mitiga os eventuais riscos de insuficiência de demanda (DUARTE, 2015). Rosenstein-Rodan (1969) expõe que para materializar o grande impulso, as regiões atrasadas enfrentam problemas de carência de capital social básico, ausência de redes complementares de produção (demanda encadeada) e pequena disponibilidade de poupança. O capital social básico se configura como necessidade precedente à formação de outros empreendimentos, sua baixa rentabilidade faz com que sua estruturação fique sob égide do Estado.

No mesmo caminho Nurkse (1957) desenvolveu a teoria do círculo vicioso de estagnação. Ela propõe que a insuficiente acumulação de capital compromete a produtividade dos fatores, que acarreta em baixos níveis de renda e poupança, um mercado apático, com altos custos e baixas margens de contribuição, que impactam na propensão a investir. Nurkse (1957, p.8) explica a retroalimentação desse fenômeno:

[...] um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transportada para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre.

Para acabar com esse círculo vicioso, Nurkse (1957) sugere que ondas de investimentos¹⁶ sejam aportados em novos e diferentes setores de produção, para que assim o mercado se retroalimente e crie demandas uns para os outros, elevando os indicadores de lucro monetário e social. Ainda assim, há necessidade de disponibilidade de capital, que pode ser obtido através da elevação da poupança interna, com a mitigação da propensão a consumir da sociedade, bem como a criação de divisas para facilitar o ingresso de capital estrangeiro.

1.4 PROCESSO SEQUENCIAL (DESEQUILIBRADO)

O Desenvolvimento Sequencial está estruturado nos desequilíbrios naturalmente existentes no mercado, que são paulatinamente ajustados e

¹⁶ Segundo Mantega (1998, p. 34) “a ideia da onda de investimentos vem de Schumpeter, só que adaptada às especiais circunstâncias do subdesenvolvimento”. Contudo, “a própria necessidade de um conjunto de investimentos complementares exige uma coordenação que dificilmente pode ser feita pelos particulares. Daí a tendência em se substituir o empreendedor pelo Estado, pelo menos nos estágios iniciais da industrialização.”

desencadeiam outros desequilíbrios, que também são ajustados e geram mais desequilíbrios, os quais possuem potencial para desencadear forças latentes para promoção do crescimento. Esta teoria parte da percepção de que as inversões devem ocorrer de modo concentrado em setores produtivos escolhidos conforme seu potencial de desenvolvimento locacional, probabilidade de percolação e proliferação para outros empreendimentos. O resultado dessa dinâmica transborda e cria cadeias produtivas com efeitos integrados que podem ser observados a montante e a jusante a partir do setor onde o investimento inicial foi alocado, fenômeno esse que contribui para a eficiente e eficaz consolidação da cadeia produtiva (HIRSCHMAN, 1961).

Segundo Hirschman (1961), as implicações dos encadeamentos produtivos são duas: a primeira refere-se aos efeitos retrospectivos ou “para trás”, que se caracterizam pela rede de empreendimentos estimulados a investir em nichos que funcionam como fornecedoras para a atividade produtiva principal; e a segunda diz respeito aos efeitos prospectivos ou “para frente”, caracterizados por empreendimentos impactados direta e indiretamente pela atividade principal e que também são capazes de fomentar novas atividades produtivas. Para o autor, além do desenvolvimento ser iniciado em apenas algumas indústrias, também ocorre apenas em algumas regiões, sendo que com o passar do tempo esse desenvolvimento é irradiado para locais e empreendimentos periféricos.

Esse fenômeno de percolação do desenvolvimento pode ser positivo ou negativo, sendo que o positivo consiste na projeção do progresso da região desenvolvida à região atrasada e o negativo vem da competitividade imposta pela região desenvolvida. Além disso, está intimamente relacionado a capacidade do setor (produto) em gerar repercussões encadeadas na produção, no consumo e na área fiscal. O autor denota que as repercussões fiscais, ocorrem através da tributação das atividades produtivas, essenciais para o processo de desenvolvimento, desde que essa arrecadação seja coerente e conscientemente sinérgica quando da alocação. Assim, cabe ao Estado o papel de criar o capital social básico necessário para corroborar com a implantação da atividade produtiva motriz e delinear planos de crescimento e desenvolvimento atrelados as áreas produtivas potenciais (HIRSCHMAN, 1961).

1.5 POLOS DE CRESCIMENTO

Os Polos de Crescimento possuem grande identificação com a questão locacional. Perroux (1967) alicerça sua explicação acerca de sua teoria através do conceito de polarização¹⁷, que promove o crescimento econômico através das economias externas criadas pelos polos de crescimento, que são irradiadas de diferentes maneiras e com distintos alcances e impactos junto às regiões periféricas. Perroux (1967, p. 164) destaca que “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”.

Ferreira (1991) explana que o polo de crescimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de dominação e expansão sobre outras unidades com as quais se relaciona (unidades movidas), podendo ser criados de modo espontâneo¹⁸ ou planejado¹⁹. O autor destaca que as indústrias motrizes são aquelas que vão se estabelecer como referência na região, que possuem poder de atrair outros atores, têm grande porte, pouca concorrência, crescimento acima da média nacional, influência direta no consumo e fornecimento do sistema produtivo local.

Segundo Pelinski (2007), a natureza econômica das atividades produtivas concentradas nesses arranjos pode induzir distintos impactos na região, com a formação de polos de crescimento ou polos de desenvolvimento, sendo que o primeiro ativa mudanças econômicas enquanto o segundo extrapola esses efeitos e perpassa por mudanças nas estruturas sociais. Com base nas externalidades e dicotomias geradas durante o processo de crescimento, Lima e Simões (2010, p. 7) apontam que “é preciso destacar que a implantação de um polo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais”, pois acentua ainda mais as eventuais disparidades regionais existentes.

Lima e Simões (2010, p. 7) apontam que “é preciso destacar que a implantação de um polo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais”.

¹⁷ Segundo Vargas (1985) a polarização pode acontecer de diversas formas, mas principalmente pelas vias técnica (tecnologia, operacional), econômica (renda, consumo, poupança, multiplicador), psicossocial (comportamento dos *stakeholders*) e geográfica (organização geográficas da atividades influenciadas pela polarização).

¹⁸ Um bom exemplo é o município de Foz do Iguaçu, onde as características naturais formaram um arranjo turístico quase que espontâneo.

¹⁹ Não obstante, o município de Foz do Iguaçu também possui características de formação de um polo energético, com a criação da usina hidroelétrica Itaipu Binacional, a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta.

As economias e a sociedade se desenvolvem quando o arcabouço institucional está ajustado com a finalidade de assegurar o sucesso e a viabilidade das transformações socioeconômicas.

Nesse caso, Perroux (1967) assevera que essas discrepâncias²⁰ devem ser geridas e minimizadas principalmente por iniciativas do poder público, com a aplicação de políticas para apoio econômico e social que vislumbrem a promoção do desenvolvimento recíproco das regiões motriz e movidas, atenuando as severas disparidades de renda, educação, saúde, dentre outras, que possam comprometer o caráter duradouro e sustentável do polo.

1.6 INSTITUIÇÕES

North (2018) argumenta que no processo de desenvolvimento as instituições formais (legislação) ou informais (costumes e tradições) são necessárias e são a melhor maneira de gerenciar incertezas. North (2018, p. 3) destaca que “as instituições são as regras do jogo”, que segundo Bresser-Pereira (2018a, p. 1) impõem limites através de “normas legais, morais, e rotineiras que orientam o comportamento humano e garantem a coordenação dos sistemas sociais”. North (2018) parte da hipótese que o mercado é gerador de custos de transação²¹ que interferem nos níveis de eficiência econômica, e que a mitigação destes pode ser feita através da consolidação de um arcabouço de instituições, que tende a diminuir incertezas nas relações durante as interações sociais, políticas e econômicas. O autor expõe que as principais razões que caracterizam a ineficiência das interações das organizações com o mercado e que fomentam a existência dos custos de transação são: a racionalidade limitada, a incerteza, o risco, o oportunismo, a especificidade de ativos, a frequência das transações e o ambiente institucional²².

Em função destas disfunções transacionais, North (2018) sugere a necessidade da criação de mecanismos e estruturas de governança com objetivo de resguardar as interações, mitigar eventuais custos de transação e otimizar a eficiência das operações. Para o autor, as economias

²⁰ Segundo Perroux (1967) as disparidades socioeconômicas são muito mais evidentes em economias atrasadas.

²¹ Conceito desenvolvido por Coase (1937), que procura mensurar os custos incorridos nas transações. Os principais são inerentes à racionalidade limitada, a especificidade de ativos e o oportunismo. Mais informações podem ser obtidas no seu artigo seminal *The Nature of the Firm*.

²² Racionalidade limitada é a limitação cognitiva dos atores, onde somente parte das informações disponíveis são processadas. Incerteza é o não conhecimento de características econômicas e institucionais e comportamentais. Oportunismo é a contaminação das relações devido a busca pelo interesse próprio. Risco é a racionalidade das coisas não darem certo. Especificidade dos ativos é a possibilidade de uso alternativo do ativo. Frequência das transações é a quantidade de negócios necessários para amortizar a transação (BALESTRIN; ARBAGE, 2007).

e a sociedade se desenvolvem quando o arcabouço institucional (formal e informal) está ajustado com a finalidade de assegurar o sucesso e a viabilidade das transformações socioeconômicas. Também explica que as instituições são o alicerce que determina o desempenho econômico, social e político de uma sociedade, elementar para compreender as mudanças históricas e determinar como a estrutura de governança irá evoluir²³.

Bresser-Pereira (2018a, *passim*), por sua vez, aponta que desenvolvimento não é apenas a mudança das instituições, aprovando “reformas que interessam a uma minoria financeiro-rentista”, mas sim a mudança estrutural de toda a sociedade. Desse modo, algumas economias conseguem alcançar níveis de desenvolvimento superiores em função, principalmente, da relação entre sua estrutura de governança e sua estrutura organizacional, tendo em vista que o desenvolvimento é produto dos incentivos e oportunidades fomentados pelo arcabouço institucional.

1.7 BASES DE EXPORTAÇÃO

O Desenvolvimento e as bases de exportações parte da perspectiva de que em qualquer sistema econômico a atividade produtiva estabelece uma dicotomia entre atividades base (atividades exportadoras) e atividades não base (mercado interno). Maiores produções das atividades base têm capacidade de lastrear um efeito multiplicador sobre a economia não base, potencializando de modo sequencial e retroalimentado todo o sistema econômico (SCHICKLER, 1972). Nesse sentido, North (1977a) sugere que as regiões se desenvolvem em função de sua atividade exportadora, embora também seja necessária a acareação da estrutura de governança que regula a região, a correlação entre atividade base e não base, questões locacionais, vantagens comparativas, custos (transação, logísticos, produção), dentre outros aspectos. Segundo o autor, uma base de exportação bem sucedida desempenha uma função muito importante ao influenciar o nível de renda absoluta e *per capita* de uma região, os níveis de urbanização, as flutuações demográficas, as características da mão-de-obra, bem como as decisões políticas, econômicas e sociais. Seu sucesso pode ser observado através: i) da sua localização, pois o produto de exportação se relaciona com as vantagens comparativas da região; ii) do desenvolvimento e/ou melhoria

²³ North (2018) utiliza o conceito de *path dependence* para explicar esse fenômeno, onde as decisões passadas influenciam as condições presentes e futuras. O arcabouço institucional e as decisões econômicas produzidas no passado podem subsidiar ou não o processo de desenvolvimento.

dos produtos de exportação, como modo de substituir os produtos sem absorção e, iii) da melhoria dos canais de produção e comercialização, para aderir mais competitividade à atividade base.

Schwartzman (1975) explana que o desenvolvimento sustentado de uma região depende da maleabilidade e dinamismo de sua base de exportação e da sua capacidade de transferir seus efeitos para as atividades periféricas. North (1977a) também enfatiza que não é necessário que as regiões sejam industrializadas para crescer e se desenvolver, pois esse papel pode ser exercido pelo setor primário que também terá seus efeitos irradiados de uma base, que oportunizam e estimulam a criação de diversos negócios não base.

Schickler (1972) contextualiza essa dinâmica ao explicar que, considerando as potencialidades da região, as indústrias locais são criadas e abastecem apenas a própria região, algumas se consolidam e constituem a base de exportação. As estruturas sociais básicas são implantadas pelo Estado, visto o novo padrão de crescimento e desenvolvimento urbano, novos negócios são atraídos pelas economias externas, os excedentes produtivos são realocados no próprio sistema produtivo, ampliando a base de exportação através da diversificação produtiva, que traz mais segurança à economia. Os efeitos das bases de exportação irradiam para regiões lindeiras, redes de exportação são criadas e os níveis de desenvolvimento são compartilhados.

Assim, North (1977b) aponta que regiões dependentes de apenas um produto de exportação tendem a não ter seu desenvolvimento sustentado, dado que a diversificação produtiva e a alocação do trabalho são limitadas fora da atividade base.

1.8 ECONOMIA URBANA (LUGARES CENTRAIS)

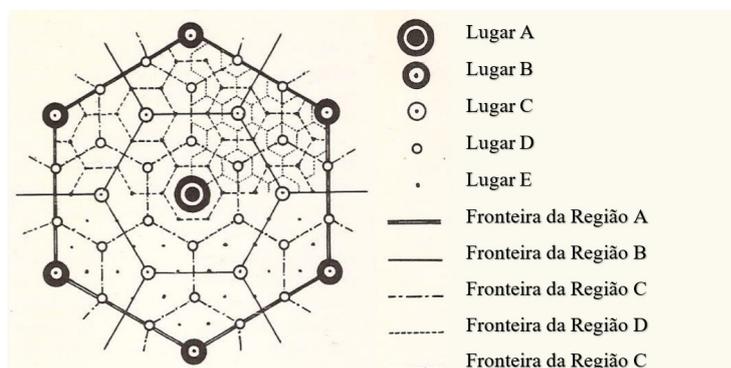
Na perspectiva da Economia Urbana (Lugares Centrais), Singer (1985) explica que “região” é uma organização espacial limitada, formada por aglomerações de pessoas que demandam atividades especializadas, que possuem particularidades que as caracterizam, com distintas trajetórias de formação, peculiaridades culturais, níveis de urbanização, de infraestrutura e socioeconômicos, além de diferentes capacidades e aptidões produtivas. O autor denota que áreas rurais possuem como característica principal a autossuficiência, ou seja, existem sem a presença de aglomerações urbanas, por outro lado, para que as aglomerações urbanas surjam e se

Quanto maior a aglomeração, maior será sua amplitude de influência e menor será o número de aglomerações que fornecerão o mesmo produto ou serviço.

fortaleçam, é necessário que as áreas rurais produzam excedentes. De acordo com Altvater (2005, p. 392), a especialização da atividade rural é determinada pela dinâmica de crescimento das aglomerações urbanas, pois “as cidades governam o campo”. Conforme as cidades crescem, as atividades de transformação são desvinculadas das atividades agrícolas e se movimentam para complexos produtivos em aglomerações urbanas. Singer (1985) anota que esses remanejamentos produtivos e demográficos ocorrem naturalmente, influenciados principalmente pela perspectiva de exploração dos potenciais e captação das externalidades disponíveis na região. E a intensificação das migrações demográficas podem desencadear problemas de cunho econômico e social.

Christaller (1966) aponta que as aglomerações urbanas se organizam de modo a formar redes produtivas integradas que envolvem diferentes atores (locais ou não) e otimizam a cadeia e o fluxo produtivo, internalizando parte das externalidades e oferecendo o excedente para outras regiões. O autor destaca que a dinâmica integrativa, a amplitude de influência, a capacidade de inserção e a intensidade dos fluxos produtivos determinam a centralidade da aglomeração produtiva e a hierarquia de um local em relação aos outros. Essa dinâmica de organização espacial em lugares centrais é facilmente compreendida através da FIG. 1, desenvolvida por Christaller (1966)²⁴, sendo nela apresentado como os centros e centralidades se organizam conforme sua hierarquia e influência. As esferas representam as aglomerações conforme seu tamanho e hierarquia, as linhas demonstram suas áreas de influência. Pode-se observar que quanto maior a aglomeração, maior será sua amplitude de influência e menor será o número de aglomerações que fornecerão o mesmo produto ou serviço.

FIGURA 1 – O mercado das regiões em um sistema de lugares centrais



Fonte: Christaller (1966, p. 66, adaptado).

²⁴ Conforme Christaller (1966, p. 66) há uma tendência para o desenvolvimento de arranjos hexagonais na distribuição espacial das aglomerações em uma determinada região.

1.9 INOVAÇÕES

A trajetória evolutiva de um sistema econômico é marcada por sazonalidades que emergem como rupturas, causadas por mutações e inconsistências que ocorrem dentro do próprio sistema, que conspiram para situações de desequilíbrio (DRUCKER, 2002). A partir de dinâmicas adaptativas são criadas lacunas de necessidade e oportunidade, daí surgem as inovações, que para Schumpeter (1982) se trata de fazer as coisas de maneiras diferentes das doutrinadas pelo reino da vida econômica, sendo o principal mecanismo pelo qual o capitalismo²⁵ se desenvolve. Para o autor, é a partir de quando os canais de fluxo circular são fraturados e os patamares de equilíbrio são deslocados, sendo necessário estabelecer novos determinantes de equilíbrio, que as inovações são criadas de forma radical ou continuada, condição indispensável para que a dinâmica do desenvolvimento se manifeste.

Nesse ínterim, Drucker (2002, p. 210) comenta que “poucas inovações brotam de um lampejo de gênio [...] a maior parte delas, em especial as mais bem-sucedidas, resultam de uma busca consciente e intencional de oportunidades para inovar”. Schumpeter (1982, p. 76) explica que habitualmente as inovações não acontecem em função de pressões do mercado consumidor, mas são iniciadas pelo produtor, pois “os consumidores são educados por ele [...] são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas”.

Doloreux (2005) e Moricochi e Gonçalves (1994) destacam que o crescimento e o desenvolvimento são fomentados pelo acontecimento cíclico de crises e expansões, essencialmente atrelados a criação e assimilação de inovações, as quais têm como principal função reciclar o processo produtivo, criando novas tecnologias, técnicas e processos de produção²⁶, sendo capazes de minimizar a utilização de insumos e seu desperdício, mitigando custos e otimizando a produtividade. Schumpeter (1982) versa que o surgimento e a proliferação das inovações dão origem e suporte aos choques de expansão do sistema econômico, transformando as estruturas pré-existentes.

Diante disso, Porter (1999) destaca que algumas regiões são mais desenvolvidas por serem mais competitivas do que seus pares, pois têm

Algumas regiões são mais desenvolvidas por serem mais competitivas do que seus pares.

²⁵ Segundo Schumpeter (1982), evolui por reciclar de modo constante sua estrutura econômica, com novas firmas, tecnologias, produtos, processos, que alimentam constantemente a destruição criativa.

²⁶ Schumpeter (1982, p. 30-34) caracteriza o processo de produção como a “combinações de forças produtivas” que são em parte materiais e em parte imateriais. As materiais são os fatores originais da produção (terra e trabalho), já as imateriais são os fatos técnicos e de organização social.

mais capacidades (intelectual, infraestrutura, empresariado, instituições) que corroboram para formação de um ambiente favorável ao processo de inovação e criação de vantagens competitivas.

Porter (1999) e Doloreux (2005) destacam que a inovação adquire caráter de processo territorializado, que em sinergia com seus recursos naturais, estruturais, sociais e institucionais favorecem a criação de polos de inovação. Estes polos possuem potencial para gerar distintas bases de conhecimento que estimulam a produção de tecnologias, processos e produtos, transbordando externalidades econômicas que podem ser exploradas por outros atores e, por fim, conspiram à criação de ambientes inovadores providos de vantagens competitivas, que favorecem a dinâmica de crescimento e desenvolvimento.

1.10 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em relação ao debate sobre desenvolvimento local, Torres (2003) afirma que a dinâmica econômica criada localmente forma um ambiente de interações entre empresas, o qual estimula relações de troca e difusão de inovações que impactam diretamente na produtividade e tornam o sistema produtivo local mais competitivo. Oliveira (2015) aponta que a inovação é disseminada por todo o sistema produtivo local por meio de encadeamentos (*linkages*) ou ainda em decorrência do fenômeno denominado imitação, fato que recicla constantemente o sistema produtivo e acelera o processo de desenvolvimento econômico.

Desse modo, Barquero (2001) cita que o desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo dinâmico de crescimento econômico e de mudança político-estrutural de um determinado local, conduzido pela comunidade ali residente, que utiliza seu potencial para dinamizar a economia através das potencialidades locais, criando oportunidades de melhoria do nível de bem-estar coletivo. O autor sustenta que o sistema produtivo local evolui e se amplia por meio do inteligente e planejado uso das virtudes e potencialidades da região, ou seja, inversões feitas pelas empresas e agentes públicos de modo consciente, acompanhadas e fiscalizadas de perto pela comunidade. Oliveira (2003) comenta que o processo de desenvolvimento local acontece da base para o topo, onde os agentes locais possuem e exercem funções²⁷ centrais nas atividades de

²⁷ Diversos autores sinalizam atenção para a possibilidade do interesse social se converter em imperialismo, coronelismo e clientelismo, não representando efetivamente as demandas populares. Ver mais em Braga (2002).

planejar, organizar e controlar, com objetivo de equalizar os níveis de bem-estar econômico, social e cultural da sociedade local.

Nas palavras de Zapata (2005, *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 50):

[...] o desenvolvimento local representa uma possibilidade de construção de novas estratégias, decorrente da mobilização dos ativos endógenos dos territórios, na perspectiva do enfrentamento da pobreza, das desigualdades regionais e pessoais, assim como da questão ambiental.

Assim, o desenvolvimento local nada mais é que o produto das interações entre as dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental, conduzidas pelos agentes públicos e privados locais (FREITAS, 2008). Para tanto, de acordo com Oliveira (2003, p. 52) “O ponto de partida para se alcançar o desenvolvimento é a sensibilização a respeito da dimensão regional”. A partir do momento que uma região traça suas estratégias de desenvolvimento local, fundamentadas em suas potencialidades e coordenadas conforme o arcabouço institucional, potencializam os efeitos e resultados do processo de desenvolvimento local (BARQUERO, 2001). Nesse sentido, Braga (2002) aponta que esse movimento deve ser conduzido pelo Estado, atuando como moderador e facilitador na estruturação de instituições locais que apoiem a instalação²⁸ de novos empreendimentos e criem vantagens competitivas.

1.11 LIBERDADES

Na percepção de desenvolvimento como liberdade, Sen (2010) destaca que o desenvolvimento deve extrapolar a linear concepção de acumulação de capital, crescimento do PIB e industrialização, devendo perpassar também pelas óticas relacionadas com a qualidade de vida, bem-estar e liberdades da sociedade. As privações²⁹ das liberdades dos indivíduos atrasam o desenvolvimento da região e/ou sociedade, devendo assim, as principais disfunções geradoras de privações serem gerenciadas. As liberdades são as principais maneiras de promover e impulsionar o desenvolvimento, e este se caracteriza como um processo de expansão das liberdades, capacidades e escolhas individuais. O autor denota que as liberdades assumem concomitantemente caráter substantivo e

²⁸ Segundo Oliveira (2003) esse apoio deve acontecer especialmente durante a fase de implantação.

²⁹ Segundo Sen (2010), as principais privações que acometem as sociedades podem ser de: alimentos, nutrição adequada, cuidados de saúde, saneamento básico, educação, emprego, segurança econômica e social e de liberdades políticas e direitos cívicos.

As liberdades substantivas são aquelas que visam um fim maior e edificam a vida humana.

instrumental para o desenvolvimento. As liberdades substantivas são aquelas que visam um fim maior e edificam a vida humana, como ter saúde e educação, poder expressar a sua opinião, ser ativo politicamente, conseguir mitigar a fome e subnutrição, evitar a morte prematura, dentre outras. Já as liberdades instrumentais se referem aos meios utilizados para a expansão das liberdades substantivas: liberdades políticas e civis, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Em relação às liberdades instrumentais (SEN, 2010, p. 38-40), a primeira é a política, que diz respeito aos direitos civis dos indivíduos quanto à livre escolha de quem deve conduzir o governo independentemente de vertente política, à liberdade de expressão política e à não censura. A segunda são as facilidades econômicas, que representam as possibilidades dos indivíduos usarem seus recursos econômicos com a finalidade de produzir, consumir e/ou trocar. A terceira são as oportunidades sociais, que se relaciona as disponibilidades nas áreas da educação, saúde, assistência, reforma agrária, dentre outras. A quarta são as garantias de transparência, isto é, garantir acesso às informações, prevenir ilicitudes e irresponsabilidades econômico-financeiras, inibindo a corrupção. A quinta é a segurança protetora, que é necessária para garantir segurança social à população, minimizando os efeitos da miséria, fome, desemprego e da morte prematura.

Estas distintas liberdades possuem caráter complementar, se retroalimentam e potencializam outros tipos de liberdades. Andrade et al (2016, p. 11) intuitivamente contextualiza essa interação ao dizer que um indivíduo que possui um ótimo nível educacional possui mais chances de cuidar melhor de sua saúde e de atingir um ótimo nível de saúde, por outro lado, uma pessoa desempregada por muito tempo, tende a perder vínculos sociais e defasar sua qualificação, fatores que agravam o seu estado de desocupação.

Conforme aponta Sen (2010), para que o desenvolvimento evolua da forma equitativa e balanceada, há de se considerar as pluralidades e peculiaridades das pessoas, da sociedade e das regiões, pois as mesmas não são iguais. Estabelecer uma padronização única do nível de desenvolvimento para distintos contextos, sem ponderar as diferenças existentes entre eles, pode não ser eficiente, eficaz e efetivo, pois desconsidera as distintas realidades, tornando o processo de desenvolvimento inconsistente. Sen (2008, 2010) destaca que embora o crescimento seja necessário, ele sozinho não é suficiente para promover o desenvolvimento, visto que este dependente de como os recursos disponíveis são distribuídos e aplicados em cada contexto, com a finalidade de expandir as liberdades dos indivíduos.

1.12 SUSTENTABILIDADE E CAPITAIS INTANGÍVEIS

A dinâmica do desenvolvimento adquire uma perspectiva conceitual alternativa com a inserção de novo aspecto: a preocupação de que esse processo aconteça de maneira sustentável. Essa preocupação perpassa por questões que propiciem que os fluxos econômicos se sustentem pelo maior tempo possível, com preocupações latentes centradas nas questões sociais e ambientais. A maior inquietação se vincula em criar meios sociais e ambientais para que a população futura possa usufruir das mesmas condições e recursos que a população passada e atual dispõe (OLIVEIRA, 2002; ACEVEDO et al., 2004). De acordo com Acevedo et al. (2004), o desenvolvimento sustentável se estrutura sob quatro questionamentos. O primeiro indaga a mitigação das disponibilidades dos recursos naturais, tendo como base as perspectivas de crescimento que projetam possíveis esgotamentos de alguns recursos naturais³⁰. O segundo questiona os impactos que o crescimento econômico tem sobre o ecossistema³¹. O terceiro indaga as consequências que o crescimento pode causar no cotidiano dos indivíduos e na organização social de uma região, comprometendo a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade. O quarto e último aborda a problemática demográfica do crescimento populacional.

Sachs (2009, p. 85-88), em sua análise, traça oito critérios de sustentabilidade que um sistema econômico precisa planejar, organizar, controlar e conservar para estruturar o desenvolvimento sustentável: i) Social, que se refere ao alcance razoável de equidade social, com distribuição de renda justa, emprego, qualidade de vida e igualdade no acesso à recursos e serviços sociais; ii) Cultural, que foca no equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade para elaboração de um projeto nacional integrado com abertura para o mundo; iii) Ecológico, que diz respeito a preservação do potencial natural quanto a produção de recursos renováveis e controle no uso dos não renováveis; iv) Ambiental, que defende o respeito e manutenção da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; v) Territorial, que enfatiza arranjos urbanos e rurais equilibrados, sem preferências nas alocações de recursos públicos, superação das disparidades inter-regionais e conservação da

³⁰ Essa questão, conforme aponta Oliveira (2002), foi tratada inicialmente, mesmo que indiretamente, em 1798, por Thomas Robert Malthus, na obra intitulada “*An Essay on the Principle of Population*”, onde denotou preocupação com o déficit na produção de alimentos.

³¹ Conforme citam Oliveira (2002) e Acevedo et al. (2004) fora o Clube de Roma que elaborou e publicou um relatório intitulado *The Limits to Growth* (1972), com contestações acerca do esgotamento dos recursos naturais.

biodiversidade em áreas ecologicamente frágeis; vi) Econômico, que se refere a um desenvolvimento econômico multisetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização produtiva e entrada na economia internacional; vii) Político Nacional, que se refere a uma democracia com apropriação universal dos direitos humanos, um Estado capaz de implementar o projeto nacional em parceria com o setor privado e com coesão social. viii) Político Internacional, que foca na prevenção de guerras, garantia da paz, promoção da cooperação internacional, controle do sistema internacional financeiro e da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.

Já Haddad (2009, p. 121-122) argumenta que o processo de desenvolvimento sustentável de uma região:

[...] dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional.

Boisier (2000, apud HADDAD, 2009) propõe que o desenvolvimento de uma região é derivado de sua inclinação e capacidade de organização social e política para planejar e estruturar seu futuro, as quais se conectam com a disponibilidade de capitais intangíveis da localidade. O autor sugere como determinantes do processo de desenvolvimento as seguintes formas de capitais intangíveis: i) Capital Institucional, que é o conjunto de instituições e organizações públicas e privadas; ii) Capital Humano, é o estoque cognitivo e habilidades que os indivíduos possuem, bem como sua capacidade de aplicação; iii) Capital Cívico, é a confiança na aplicação das políticas democráticas, a participação social em assuntos públicos, a associatividade entre setor público e privado; iv) Capital Social, é o sentimento de confiança e cooperação entre os membros da sociedade para realizar atividades comuns e participar de decisões coletivas; v) Capital Sinérgico, é a capacidade que a sociedade possui para utilizar democraticamente o capital intangível disponível. Nesse contexto, segundo Haddad, (2009, p. 123-124), é de fundamental e indispensável importância função do Estado na estruturação do processo de desenvolvimento sustentável de uma região, onde:

O Estado deve servir como gestor dos interesses das futuras gerações, por meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de proteger o meio ambiente global e a base de recursos para as pessoas que ainda vão nascer.

Assim, a concepção do desenvolvimento sustentável é fundamentada na necessidade de se promover o crescimento econômico atendendo aos interesses da geração presente, sem afetar a qualidade de vida das gerações futuras (OLIVEIRA, 2002).

2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: UMA DEFINIÇÃO

Na medida que os países foram implementado diferentes iniciativas econômicas, inclusive à luz dos debates das escolas apresentada acima, diversas críticas foram sendo traçadas aos modelos concentrados na acumulação de capital, industrialização e comércio exterior, motivadas principalmente, conforme apontam Bastos e Brito (2010) e Haddad (2009), por negligenciarem as disparidades entre ricos e pobres, a concentração de riqueza, a deterioração da qualidade de vida da população, a destruição do meio-ambiente, dentre outras questões.

Nesse viés, tendo em vista o exposto por Maluf (2000), Bresser-Pereira (2014), Oliveira (2002) e Vieira e Santos (2012), mesmo com a existência de um rico arcabouço teórico sobre os termos crescimento e desenvolvimento, ainda existe uma aguda associação entre eles, emergindo a necessidade de diferencia-los. Assim, a intenção aqui não é desmistificar e esgotar a gênese teórica acerca dos respectivos termos, ao passo que poderão soar incompletas suas definições, mas sim realizar uma distinção e compreensão econômica dos termos crescimento e desenvolvimento, subsidiando a melhor cognição das teorias e teóricos já apresentados.

Bastos e Brito (2010), ao concentrarem os elementos analíticos nas escolas mercantilista, fisiocrata, clássica e marginalista, elencam como alicerces da teoria do crescimento a poupança, o comércio exterior e a geração de externalidades. Elementos esses essenciais para promover a acumulação de capital. Para Jones (2000) a acumulação de capital e o progresso técnico são os motores do crescimento econômico³², traduzidos e mensurados através do aumento dos níveis de produto e renda per capita de uma determinada região, deixando de lado outros indicadores de qualidade de vida, mesmo que eles influenciem o crescimento. Já Singer (1985) argumenta que o crescimento econômico nada mais é que a acumulação de capital alcançada através da aplicação de técnicas e métodos produtivos, atualizados de forma contínua por meio do progresso científico.

³² Segundo o autor, a abordagem moderna desse tema inicia na década de 1950 com a publicação do artigo de Solow, intitulado "A Contribution to the Theory of Economic Growth".

Por sua vez, Furtado (1983) tece seu ponto de vista acerca do conceito de crescimento afirmando que se trata da ampliação da produção real da economia de uma região, para manutenção de privilégios das elites, sendo que o desenvolvimento acontecerá a medida que essa ideia de crescimento seja suplantada, ou seja, mesmo que o crescimento gere riqueza, não há garantia que sua distribuição será efetiva. Haddad (2009, p. 121) contextualiza o crescimento econômico exemplificando que a implantação de um novo aglomerado produtivo em uma região tende a aumentar sua produção, renda, emprego e base tributável de maneira mais rápida que o crescimento populacional, contudo, isso não necessariamente corrobora com o processo de desenvolvimento. Barbosa, Sena e Filho (2019, p. 117) expõem que “o crescimento econômico é comumente associado à expansão da economia em um determinado período de tempo”, mensurado por variáveis quantitativas, sendo o Produto Interno Bruto a mais utilizada. Bresser-Pereira (2018b, p. 6) é objetivo em sua definição, afirmando que “o crescimento econômico é definido pelo aumento da produtividade e da renda per capita”.

O desenvolvimento, por sua vez, ainda nas palavras de Bresser-Pereira (2003, p. 15), “é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” e prossegue dizendo que “se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político, [...] será porquê de fato não tivemos desenvolvimento”. Já Schneider (2004), utilizando o texto de Veiga (1998), destaca que o desenvolvimento constitui um processo sistêmico onde a economia de uma região cresce, mitiga os hiatos sociais e ainda preserva o meio ambiente. Dalchiavon (2017) denota que a dinâmica de desenvolvimento deve promover o aumento dos níveis de produto e renda, ao passo que melhora as demandas sociais, propiciando aos indivíduos e à sociedade e elevação de sua qualidade de vida.

Outra contribuição conceitual vem de Oliveira (2002, p.40), que aponta que o desenvolvimento “nada mais é que o crescimento (incrementos positivos no produto e na renda) que sofre complexas mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente, humana e social”. O autor completa o raciocínio afirmando que essas transformações abrangem a distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras peculiaridades que afetam o bem-estar do indivíduo e da sociedade. Nessa direção, Sachs (2009) aponta que os objetivos do desenvolvimento vão além da simples geração de riqueza

Desenvolvimento econômico implica em expandir as capacidades dos indivíduos, contribuindo com o aumento de suas liberdades.

material, sendo o crescimento condição necessária, mas não suficiente para se alcançar a finalidade de promover melhores níveis de qualidade de vida. O autor destaca ainda que o crescimento pode inclusive retroceder o desenvolvimento de uma região e também comenta que promover o desenvolvimento é tarefa muito mais simples em economias que crescem do que em economias estagnadas.

De maneira similar, Haddad (2009) explica que o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para a promoção do desenvolvimento, pois este não se trata de um subproduto cronológico do crescimento. Essa perspectiva é abordada por Cano (1985, apud OLIVEIRA, 2002), ao destacar que novas indústrias geram mais empregos, mas também ganham mais filas de transporte, menos água, escolas, hospitais e muito mais favelas. Haddad (2009) complementa o raciocínio ao anotar que o processo de desenvolvimento não depende apenas do crescimento econômico, mas também da articulação e organização da sociedade local, das instituições legais e do Estado, este devendo agir como gestor dos interesses coletivos. Nesse sentido, Mantega (1998, p. 46) destaca que o Estado deve “atuar para elevar a produtividade do sistema, cuidando da educação, saúde e do capital humano em geral”.

Sen (2010) trabalha sob a perspectiva de que o desenvolvimento econômico implica em expandir as capacidades dos indivíduos, contribuindo com o aumento de suas liberdades. Esse conjunto de pontos de vista são reunidos por Maluf (2000, p. 17) ao expor de forma clara que:

[...] o procedimento mais adequado e, sem dúvida, cauteloso quanto ao significado da noção de desenvolvimento é o de ater-se ao sentido literal do termo e às duas ideias principais nele contidas, que são as de melhoria e de processo. Daí deriva o sentido a ser atribuído ao desenvolvimento econômico e sua definição como o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo.

Considerando o apresentado, observa-se que na discussão acerca dos conceitos e das dinâmicas do crescimento e do desenvolvimento não há certo ou errado, tão pouco melhor ou pior, mas sim maneiras distintas e complementares, que evoluíram e se edificaram com o passar do tempo. Desse modo, entende-se que a promoção do desenvolvimento perpassa pelo êxito do crescimento econômico, entretanto não depende exclusivamente dele, pois também envolve um conjunto de características sinérgicas, que se dinamizam em um fenômeno transversal e multidimensional, em que questões sociais, demográficas, educacionais, culturais, de saúde, laborais, assistenciais, ambientais, institucionais e econômicas interagem de modo

complementar e retroalimentado com o objetivo de promover a melhoria e a manutenção sustentada das condições de bem-estar e da qualidade de vida da sociedade atual e futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um grande desafio para as pesquisas científicas contemporâneas tem sido, a partir das definições teóricas, construir meios que permitam mensurar o grau de desenvolvimento de um ou mais locais. Ou seja, transformar um conceito tão complexo como o desenvolvimento em uma métrica que possibilite o seu dimensionamento. Essa breve revisitação histórica, com algumas das principais teorias e teóricos que constituem o arcabouço acerca do crescimento e desenvolvimento, procurou contribuir com uma percepção sistêmica na compreensão dos respectivos fenômenos.

A partir desta revisão é possível observar que as visões apresentam similaridades e diferenças no modo em que percebem e compreendem o processo de desenvolvimento, sendo que a dimensão econômica desempenha papel indispensável e único para algumas perspectivas (principalmente as mais antigas), ao passo que é menos relevante para outras, nas quais sua importância é compartilhada com outras dimensões (social, cultural, política, ambiental, demográfica, etc.).

Apesar do caráter complementar, diferentes modos para alcançar e/ou potencializar o desenvolvimento são propostos, modelos esses que prezam pela pouca ou vasta diversificação da base produtiva, se articulam espacialmente com maior ou menor abrangência, são mais ou menos dependentes de agentes externos, têm preocupações sociais, ambientais, institucionais, dentre outras. Sendo que a abrangência e amplitude de influência em que ocorre o desenvolvimento vão do local até complexas estruturas de transbordamento.

De modo geral, relevam a importância que o Estado recebe e desempenha durante o processo de fomentar as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento, sendo menos presente em algumas visões e atuando de modo mais interventor em outras. Pode-se notar o caráter temporal complementar que as diferentes visões guardam entre si, perpassando meios para acelerar o crescimento até dinâmicas para promover o desenvolvimento, sejam elas equilibradas, desequilibradas, dependentes, através das liberdades sociais, sustentabilidade, dentre outras.

Enfim, para se alcançar o crescimento econômico sustentado há a necessidade de articular estratégias de desenvolvimento da sociedade, elevando a qualidade de vida e bem-estar da população, através de melhores níveis de educação, saúde, trabalho, assistência social, ambiental, organização social e institucional, dentre outras. Iniciativas contrárias seriam como persistir no erro e nadar contra a maré da história.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Marleny C. et al. Diferencias y similitudes en las teorías del crecimiento económico. **Cuadernos de Investigación EAFIT**, Medellín, v. 1, n. 22, Ago. 2004. Disponível em: <<https://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/cuadernos-investigacion/article/view/1321>>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- ALTVATER, Elmar. Tempo e espaço da aglomeração urbana. In: DINIZ, Clélio; Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 383-400.
- ANDRADE, Sara F. et al. Índice de desenvolvimento como liberdade: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 14, n. 34, p. 5-59, abr./jun. 2016.
- BALESTRIN, Alsones; ARBAGE, Alessandro Porporatti. A Perspectiva dos custos de transação na formação de redes de cooperação. **RAE-Eletrônica**, v. 6, n. 1, jan./jul. 2007.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço; SENA, Sandra Cristine Toribio; JARDIM FILHO, José Leopoldo da Veiga. A contribuição do turismo social do SESC para o crescimento e o desenvolvimento da microrregião de Caldas Novas e Rio Quente em Goiás. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 9, Ed. esp., p. 110-125, maio 2019.
- BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld; BRITTO, Gustavo. Introdução. In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Sampat Pal (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado. Contraponto, 2010. p. 7-41.
- BETTELHEIM, Charles. A Problemática do Subdesenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 51-69.
- BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento Local Endógeno: entre a Competitividade e a Cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 23-37, maio 2002. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/63>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. atual. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo: Lua Nova, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Instituições não se exportam. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 34, mar. 2018a. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/works/prefacesreviews/2018/R62-North-451.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e distribuição: revisão de um modelo clássico. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 38, n. 1(150), p. 3-27, Jan./Mar. 2018b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, London, v. 4, ed. 16, p. 386-405, nov. 1937.

DALCHIAVON, Eloisa Carla. **Desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses**: análise a partir do índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) para o período de 2005 a 2013. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

DRUCKER, Peter. **O melhor de Peter Drucker**: o homem, a administração e a sociedade. São Paulo: Nobel, 2002.

DOLOREUX, Davis. O approach de sistemas regionais de inovação: uma inovação incompleta? Ensinaamentos a partir de experiências no Canadá e na Suécia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 25-45, set./dez. 2005.

DUARTE, Vilmar Nogueira. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, jan./jun. 2015.

FERRARI FILHO, Fernando; TERRA, Fábio. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, ago. 2011.

FERREIRA, Carlos Mauricio de Carvalho. **Teoria dos polos de desenvolvimento, a questão da regionalização e os planos de desenvolvimento integrado dos vales das bacias hidrográficas amazônicas**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1991.

FREITAS, Nádya Magalhães da Silva. **Desenvolvimento local e capital social**: uma análise interdisciplinar do processo de indução do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável no Estado de Roraima. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

HADDAD, Paulo Roberto. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, set./dez. 2009.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

JONES, Charles Irving. **Introdução a teoria do crescimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2000.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XII nº 21, julho de 2010, Salvador, BA.

MALUF, Renato Sérgio. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, seção 15, p. 53-86, out. 2000.

MANTEGA, Guido. **Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico**. 1998. 54 f. Relatórios de Pesquisa, FGV EAESP, São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://pesquisa-eaespp.fgv.br/publicacoes/gvp/modelos-de-crescimento-e-teoria-do-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 8 set. 2020.

MORICCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 8, p. 27-35, ago. 1994.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NORTH, Douglass Cecil. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetedre-Minter, 1977a. p. 291-313.

NORTH, Douglass Cecil. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar/Cetedre-Minter, 1977b. p. 333-343.

NORTH, Douglas Cecil. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Sergio Ostetto. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 45-53, mar. 2003.

OLIVEIRA, Thiago Dumont; ATTÍLIO, Luccas Assis. Causação Cumulativa em Myrdal e seus Desdobramentos Enquanto Alternativas ao Conceito de Equilíbrio. **Revista de Economia**, v. 40, n. 3(ano 38), p. 28-46, set/dez. 2014.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

PELINSKI, Augusta. **Padrão de desenvolvimento econômico dos municípios no Paraná: disparidade, dispersão e fatores exógenos**. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PORTER, Michael Eugene. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKI, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

REBÊLO, Felipe Cesar José Matos. Clássicos, marxistas e marginalistas: uma análise econômica-jurídica. **Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 106-133, dez. 2017. DOI: 10.12957/publicum.2017.28981. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. Problemas de industrialização da Europa oriental e sul oriental. In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Sampat Pal. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 251-262.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

- SCHICKLER, Samuel. **A teoria da base econômica regional**. 1972. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7940/000001696.pdf>>. Acessado em: 08 set. 2020.
- SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jun. 2004.
- SCHUMPETER, José Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- SCHWARTZMAN, Jacques. A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo Roberto. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Brasília: IPEA, 1975. p. 235-247.
- SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.
- TORRES, André. Desenvolvimento local e relações de proximidade: conceitos e questões. Interações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n.7, p. 27-39, set. 2003.
- TOTA, Antonio Pedro. Um plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 69-76, out./nov./dez. 2017.
- VARGAS, Heliana Comin. **A importância das atividades terciárias no desenvolvimento regional**. 1985. 287 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, 1985.
- VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**: G&DR, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012.